



IX Encontro de História da Contabilidade da *Ordem dos Contabilistas Certificados*

RELAÇÃO DOS **PRIMEIROS CONTABILISTAS** FORMADOS EM PORTUGAL POR VIA INSTITUCIONAL

Miguel Gonçalves
ISCA de Coimbra

Lisboa & Torre do Tombo
22-II-2017

Agenda

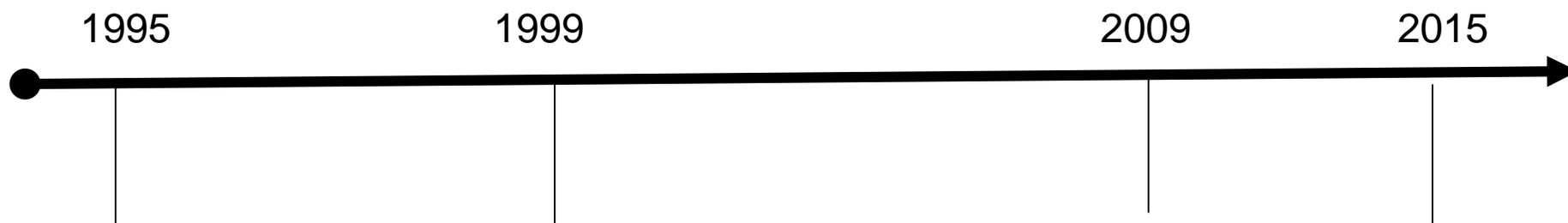
- 1 Introdução: OCC – Memória Histórica
- 2 Pergunta de investigação
- 3 Motivação
- 4 Resumo
- 5 Breves notas sobre a Aula do Comércio
- 6 O corpo discente: 1759
- 7 Relação dos 31 alunos diplomados e respectivos percursos profissionais
- 8 Conclusão

1. Introdução: OCC – Memória Histórica

O processo inicia-se com o OE (94): autorização legislativa para regulamentar o exercício da profissão de CC.

E em 15/7/96 toma posse a comissão instaladora da então ATOC.

A história da atual OTOC teve 4 momentos chave, que coincidem com a publicação do quadro jurídico que regulamentam a profissão: Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (1995); Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (1999); Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (2009); e OCC (2015)



DL n.º 265/95, de 17/10

Aprova o Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas e cria a **Associação dos Técnicos Oficiais de Contas**

DL n.º 452/99, de 5/11

a Associação passa a Câmara e são aprovados os Estatutos da **CÂMARA DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS**

Em 26 de Outubro foi publicado o **DL n.º 310/09**, que veio a alterar o DL n.º 452/99, passando a então a CTOC a denominar-se **OTOC**.

Lei n.º 139/2015 de 7 de setembro, que altera o estatuto e redenomina a OTOC para OCC e TOC para Contabilista Certificado

António Domingues de Azevedo (1950-2016)



Deputado pelo PS durante 3 mandatos nos anos 80 e 90; Presidente e Vice-Presidente da Comissão Instaladora da ATOC (1996-1998); Presidente da CTOC de 1999 a 2009.

Desde 2010 foi Bastonário; primeiro da OTOC e, depois, em 2015, da OCC.

f. 11 Set 2016

“Há aqueles que se vão da lei da morte libertando”

Luís Vaz de Camões

- O primeiro país a organizar o ensino comercial foi Portugal, por intermédio do Alvará de 19 de Maio de 1759, o qual fundou a Aula do Comércio de Lisboa; e ao marquês de Pombal pertence a honra dessa criação (*Diário do Governo*, 5 de Dezembro de 1918, p. 2069).
- Em consequência, a Aula do Comércio, uma escola de comércio e contabilidade que funcionou de 1759 a 1844, tem associada a si, presentemente, uma ampla e muito rica literatura no panorama da história da contabilidade portuguesa e internacional.

2. Pergunta de investigação

- O racional que presidiu à pesquisa consistiu na tentativa de resposta à seguinte questão de investigação: **“quem foram os primeiros alunos formados pela mais antiga escola de contabilidade portuguesa, a Aula do Comércio de Lisboa?”**.
- O tema justifica-se e tem interesse para a história da contabilidade, porque relaciona-se com a criação da Aula do Comércio, um dos momentos-chave da evolução e institucionalização da profissão de contabilista em Portugal, por norma o primeiro a ser cronologicamente listado pela maioria dos autores (cf. Rodrigues e Gomes, 2002, p. 132; Matos, 2016, p. 25).

3. Motivação

- Corroborar empiricamente, com fontes de arquivo, uma conjectura notável desde sempre presente na história da contabilidade de Portugal: a de que a Aula do Comércio foi criada para funcionar como um instrumento ao serviço do desenvolvimento económico do projecto pombalino para o país.
- Acompanhar a síntese certa de Rodrigues *et al.* (2004, p. 64): “[o]s graduados da Aula do Comércio contribuíram para facilitar o crescimento das transacções comerciais entre Portugal e o mercado externo. Pombal [...] não poderia ter fundado as grandes companhias gerais de comércio se Portugal não dispusesse de um fluxo contínuo de diplomados desta escola”.

4. Resumo

- A comunicação apresenta, pela primeira vez na literatura, uma lista sistemática dos alunos diplomados no primeiro curso da Aula do Comércio de Lisboa, a primeira escola de contabilidade a funcionar em Portugal.
- Fundada em Lisboa em 1759, esta instituição formou os primeiros contabilistas no ano de 1763 e contribuiu de forma marcante para o início do processo de regulamentação da profissão de contabilista em Portugal.
- Foram 31 no total os alunos diplomados e os seus nomes podem aqui ser vistos, bem como os destinos profissionais de 23 deles.

4. Resumo

- Com recurso a fontes primárias de investigação, legislação da época e referências secundárias, o texto permite acrescentar saber ao modo como se difundiu o conhecimento contabilístico em Portugal na segunda metade do século XVIII.
- Pretende-se com este ensejo criar condições e fazer uma chamada para que a comunidade da história da contabilidade portuguesa actualize e expanda uma obra de 1974 que se crê essencial para a história da profissão de contabilista, o **Contributo para um Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio**, de Francisco Santana.

5. Breves notas sobre a Aula do Comércio (1759-1844)

- Fundada em Lisboa, pelo principal Secretário de Estado do Governo de D. José, **Marquês de Pombal**, e tendo como patrona a **Junta do Comércio**, esta escola foi instrumental para formar os profissionais de contabilidade que vieram a dar apoio às principais instituições pombalinas estabelecidas em contexto mercantilista, iluminista e absolutista. O seu primeiro professor foi João Henrique de Sousa (1720-1788).
- Eram dois os grandes grupos de disciplinas que se ministravam na Aula do Comércio, a saber: (1) a **Aritmética** e suas aplicações (pesos, medidas, câmbios, seguros, fretamentos, comissões); e (2) a Escrituração Comercial (**Contabilidade**) pelo **método das partidas dobradas**. A **Geometria** também veio a ser ensinada, ainda que em termos oficiais não fizesse parte dos estatutos da Aula.

Aula do Comércio, 1759-1768: **Palácio dos Soares de Noronha** (na confluência das antigas Rua Direita da Fábrica das Sedas, actual Rua da Escola Politécnica, e Travessa do Pombal, actual Rua da Imprensa Nacional). Demolição em 1904. Freguesia de Santa Isabel, em 1759.



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico (AMLF) Palácio dos Soares de Noronha, antigo edifício da Imprensa Nacional, José Artur Leitão Bárcia, 1894, A7674 .

• Este estabelecimento de ensino registou a característica notável de ter sobrevivido 10 anos à implementação definitiva do Liberalismo (1834), um período marcado por um regime protector das garantias e direitos individuais e por um contexto político cujos principais traços, sob o ponto de vista da contabilidade, correspondem à **(1)** dissolução de antigas organizações corporativistas (e.g., a Junta do Comércio, em 1834), à **(2)** abolição de privilégios e revogação de institutos jurídicos declarados anticonstitucionais (v.g., a Carta de Lei de 30 de Agosto de 1770) e à **(3)** liberdade de comércio, indústria, trabalho e profissão (o Código Comercial de 1833 determinava que o próprio comerciante poderia ser o autor da sua escrituração mercantil e era omissivo quanto à formação escolar do guarda-livros, no caso de este profissional ser admitido como tal por um comerciante, acto que carecia de uma autorização especial e por escrito dada pelo comerciante e registada no Registo Público do Comércio – cf. art.º 230.º do Código Comercial Português, 1833).

• Em 1844, integrada num contexto de reforma global do ensino em Portugal, levada a cabo por Costa Cabral, muito marcada por questões de poupanças orçamentais, diga-se de passagem, a Aula do Comércio foi anexada ao Liceu Nacional de Lisboa como sua secção comercial (com a designação de Escola de Comércio).

6. O corpo discente: 1759

- Importa dizer o que se sabe em relação ao número inicial de alunos matriculados da Aula do Comércio.
- A instituição admitiu 61 estudantes à matrícula (Cardoso, 1984, p. 89), embora este indicador numérico não possa ser testemunhado com total e absoluta clareza documental, posto que não são conhecidos registos que o consigam atestar.
- Tudo aquilo que se sabe respeita a dados relativos a 20 de Dezembro de 1760, data do termo do primeiro ano lectivo e do primeiro exame público a que foram submetidos os aulistas de comércio (Martins, 1960, p. 13, 14); nessas provas de avaliação foram examinados 61 alunos, no total (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1981, p. 691).
- De acordo com Martins (1960, p. 13, 14), a este exame marcou presença o marquês de Pombal (conde de Oeiras, à época) e uma prova do sucesso dos examinados foi a escolha de quatro aulistas para funcionários da contadoria da Junta do Comércio, a instituição responsável pela Aula do Comércio.

6. O corpo discente: 1759

- Não se desconhece, todavia, o número de cartas de aprovação emitidas a alunos do 1.º curso da Aula do Comércio: 31, no total (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 328, fólios 15r e 15v*). A literatura nunca reproduziu o nome desses alunos, o que se intenta agora fazer, à luz da análise do registo das cartas de aprovação emitidas a 31 estudantes do 1.º curso da Aula do Comércio.
- Em 1984, José Luís Cardoso identificou para o 1.º curso um total de 30 cartas de aprovação (*vide* Cardoso, 1984, p. 89), mas este artigo está em condições de documentar mais uma, elevando esse número para 31 no cômputo global.

7. Relação dos 31 alunos diplomados e respectivo percurso profissional

- **1 António Anastácio Fernandes**

Não identificado.

- **2 António Joaquim Firmo [de Sousa]**

Contadoria da Real Fábrica das Sedas, em 1763 (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 403, fólio 32r*). Este Guarda-Livros teve a singularidade, e a infelicidade, de falecer ainda em 1771 (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 403, fólio 32v*), poucos meses depois de ter requerido a sua carta de curso (Março de 1771). Estava ainda, em 1771, em exercício na Real Fábrica das Sedas. Em 1769 era António Joaquim Firmo de Sousa o Guarda-Livros principal da Real Fábrica das Sedas, com um ordenado anual de 720 mil réis mais casa paga (*ibidem*), um valor que competia *grosso modo* com os vencimentos anuais dos lentes mais bem pagos da Universidade de Coimbra. Os estatutos da Aula do Comércio protegiam os aulistas, reservando saídas profissionais certas com destino à Real Fábrica das Sedas para os alunos formados (v. *Alvará de 19 de Maio de 1759 – Estatutos da Aula do Comércio*, parágrafo 16).

- **3 António José Manzoni de Castro**

Começou como escriturário do Erário Régio, em 1765 (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 57). Em 1790 trabalhava ainda no Erário (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 61). No final do século encontramos-lo em Angola, onde nos últimos anos da centúria desempenhou as funções de contador-geral da Junta da Real Fazenda de Angola (e deputado da Junta, também) (Coimbra, 1959, p. 180). Morreu em Luanda em 1801 (*ibidem*).

- **4 António José Monteiro**

Era, em 1792, um dos três Guarda-Livros da Junta do Comércio (Almanaque, 1792, p. 310). Acima, em termos hierárquicos, estava Pedro António Avenente, o contador-geral da Junta do Comércio (cabe aqui destacar que Ratton (1813, p. 266) comete um *lapsus calami* ao apelidar de *Avondano* este contabilista italiano; o seu sobrenome era Avenente e ele era natural de Génova).

- **5 Domingos Gonçalves de Abreu**

Contadoria da Real Fábrica das Sedas, em 1770 (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 403, fólio 32v*).

- **6 Felix Potier**

“Actual escriturário do Erário Régio, em 1767”, a *Carta Real de 30 de Abril* desse ano nomeia-o Guarda-Livros da contadoria do Colégio Real dos Nobres, com um ordenado anual de 400 mil réis (consultar *Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colégio dos Nobres, Livro 51, fólhos 18r e 18v*). Potier entrara em Agosto de 1763 no Erário Régio, onde desempenhou a função de escriturário da Contadoria Geral da Corte e Província da Estremadura (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 56) até 1767.

- **7 Filipe Damásio de Aguiar**

Era natural do Rio de Janeiro, Brasil (Araújo, 1997, p. 317). Familiar do Santo Ofício, em 1790 (*ibidem*). Em 1771 foi nomeado administrador da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, na Praça de Cacheu (*Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Série 049 - Guiné, Caixa 9, documento 822*), uma localidade pertencente hoje à Guiné-Bissau e, que, ao tempo, fazia parte do Império Colonial Português.

- **8 Filipe Nery de Almeida**

Não identificado.

- **9 Francisco Inácio da Silva Franco**

Entrou no Erário Régio, em 1767, como 2.º escriturário (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 60).

- **10 Francisco Manuel de Brito**

Não identificado.

- **11 Francisco Manuel Ferreira da Silva**

Não identificado.

- **12 Gualdino António Xavier**

Não identificado.

- **13 Henrique José da Fonseca**

Entrou no Erário Régio, em 1765, como escriturário (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 57). Em 1791 ainda se encontrava ao serviço na mesma repartição pública (*Gazeta de Lisboa*, 14 de Maio de 1791).

- **14 Jacome Perolo**

Não identificado.

- **15 Jacques Manuel Armelim**

Entrou no Erário Régio, em 1764, como escriturário (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 57). Em 1791 aposentou-se como contador-geral do Erário Régio (um dos contadores-gerais) (*Gazeta de Lisboa*, 14 de Maio de 1791).

- **16 Jerónimo Rodrigues de Carvalho**

Referido por Santana (1987a, p. 32) como sendo administrador em Lisboa, em 1774, da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

- **17 João de Novais e Sá**

Contadoria da Real Fábrica das Sedas, em 1763 (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 403, fólio 32r*). Em 1769 este Guarda-Livros foi administrar e fazer a escrituração da Fábrica de Chapéus da vila de Pombal (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 403, fólio 32v*), uma manufactura da coroa fundada em 1759. Em 1778 a coroa transmitiu a propriedade desta fábrica ao administrador João de Novais e Sá (Acúrsio das Neves, 1827, p. 201).

- **18 João Procópio Rodrigues**

Escriturário do Erário Régio, em 1765 (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 57). No período 1773-1774 o seu nome era listado como homem de negócio da Praça de Lisboa matriculado e colectado na Junta de Comércio para efeitos do pagamento de um imposto profissional – a décima (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 372, fólio 4r*).

- **19 João Rebelo Frantt**

Era natural de Lisboa e Bacharel pela Universidade de Coimbra. Este aulista foi admitido à Aula do Comércio sendo titular já de um curso superior, o de Cânones, obtido na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, em 1756 (*Arquivo da Universidade de Coimbra, 2016*). O curso de Cânones permitia seguir a carreira jurídica (nesta época, o diplomado pela Universidade de Coimbra que concluísse um curso superior era designado por *Bacharel*. O grau académico seguinte, correspondente ao de *Licenciado*, pressupunha a apresentação e defesa duma tese; por último, havia ainda o doutoramento).

- **20 Joaquim José da Rocha**

Erário Régio, 3.º escriturário, ano de 1768 (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 63).

- **21 Joaquim Pereira Henriques**

Negociante da Praça de Lisboa, em 1805 (Almanaque, 1805, p. 468).

- **22 José de Paiva Ribeiro**

Paiva Ribeiro (1741-1819) era natural da cidade do Porto. O almanaque de 1788 lista-o como um negociante da Praça de Comércio do Porto (Almanaque, 1788, p. 226). Era, em 1777 (e também em 1783) accionista da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (Pereira, 2000, p. 164, 171), mais conhecida, à época, por *Companhia dos Vinhos* (hoje, Real Companhia Velha).

- **23 José Inácio da Silva Franco**

Este aluno exercerá como Guarda-Livros da contadoria da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, ajudando, nos seus primeiros anos de actividade como contabilista, o Guarda-Livros francês Jean-Baptiste Dourneau (ou João Baptista Dourneau, nome aportuguesado) (veja-se Carreira, 1988, p. 242). José Inácio da Silva Franco trabalhou na contadoria da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão pelo período de 50 anos (*Exposição da Junta da Liquidação dos Fundos das Extinctas Companhias do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 1836, pp. 5-6). Este aulista estaria possivelmente relacionado com o aulista # 9, Francisco Inácio da Silva Franco; seriam irmãos, porventura.

- **24 José Pedro Martins**

Erário Régio, escriturário, ano de 1763 (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 57). Em 1789, o famoso dicionário da língua portuguesa, o *Dicionário de Moraes*, apresentava na sua lista de assinantes José Pedro Martins, dando-o como tesoureiro da Chancelaria-Mor do reino (Moraes, 1789, p. xxi).

- **25 Luís António Ferreira de Araújo**

Era, em 1778, administrador da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão no Brasil, mais concretamente em São Luís do Maranhão (*Arquivo Histórico Ultramarino, Administração Central, Conselho Ultramarino, Série 009, Caixa 52, documento 5020*).

- **26 Luís Jacinto Baldaqui**

Nascido em 1745. Interessantemente, este aluno frequentou o 1.º curso da Aula do Comércio (1759-1763) e o 2.º curso (1763-1767), também. Em Agosto de 1764 era praticante da escola (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Erário Régio, Maço 610, fólio 1r*), o que sugere que pode ter interrompido os seus estudos do 1.º curso da aula. Em simultâneo com a frequência na Aula do Comércio, Baldaqui, filho de um francês radicado em Lisboa, era empregado superior (criado-grave) de um irmão do marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Labourdette, 1988, p. 582, 601), secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, entre 1760 e 1769. Luís Jacinto Baldaqui conseguiu, muito novo e ainda estudante na Aula do Comércio, o hábito da Ordem de Cristo, em 1767 (Labourdette, 1998, p. 601), uma distinção de enorme prestígio social no Antigo Regime Português. Em 1807 era contador da Junta da Bula da Cruzada (Almanaque, 1807, p. 317).

- **27 Luís José Marques de Azevedo**

Erário Régio, 2.º escriturário, ano de 1782 (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 59).

- **28 Manuel Joaquim de Oliveira [Braga]**

Contadoria da Junta do Comércio, em 8 de Novembro de 1774 (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 328, fólio 32r*). Depois, Erário Régio, 3.º escriturário, ano de 1786 (Sousa Franco e Paixão, 1995, p. 62).

- **29 Marçal Inácio Monteiro**

Assim como o seu colega de curso e ex-aulista Luís António Ferreira de Araújo, também Marçal Inácio Monteiro era, em 1778, administrador da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão no Brasil, na cidade de São Luís do Maranhão (*Arquivo Histórico Ultramarino, Administração Central, Conselho Ultramarino, Série 009, Caixa 52, documento 5020*). Marçal Inácio Monteiro, em 1779, foi preso pela Inquisição no Brasil (Maranhão), inculpado, entre outras acusações, de ler livros proibidos (*O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, por exemplo) (Mott, 1994, p. 52). Em 1800 era escrivão no Porto Franco da Junqueira, em Lisboa (Almanaque, 1800, p. 313). Era natural de Lisboa.

- **30 Policarpo José Baptista de Carvalho**

Não identificado.

- **31 Rodrigo António Álvares**

Não identificado.

Fonte [para o nome dos alunos diplomados]:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 328, fólios 15r e 15v

- Conforme decorre da leitura muito sumária dos dados preconizados no quadro 1, não foi possível, até ao momento, localizar informações pertinentes acerca dos aulistas números 1, 8, 10, 11, 12, 14, 30 e 31. Fica em aberto, portanto, a linha de investigação relacionada com a identificação dos indivíduos António Anastácio Fernandes, Filipe Nery de Almeida, Francisco Manuel de Brito, Francisco Manuel Ferreira da Silva, Gualdino António Xavier, Jaçome Perolo, Policarpo José Baptista de Carvalho e Rodrigo António Álvares, bem como o reconhecimento dos seus respectivos percursos contabilísticos.
- Do que se apurou, todavia, pode constatar-se que o destino profissional dos aulistas de comércio foi quase sempre o das instituições pombalinas, seja o Erário Régio, seja a Real Fábrica das Sedas, sejam as companhias monopolistas de comércio.
- Por último, recorde-se que a passagem de cartas de aprovação, matrícula dos alunos e seus provimentos, bem como a inspecção da Aula do Comércio, eram atribuições a cargo da Junta do Comércio (Ratton, 1813, p. 262), uma instituição da coroa coordenadora e fomentadora das actividades comerciais e industriais criada por Pombal em 30 de Setembro de 1755.

8. Conclusão

- Como já não o ignoramos, o artigo possibilitou a resposta à pergunta de investigação formulada *a priori*: **“quem foram os primeiros estudantes de contabilidade formados pela Aula do Comércio de Lisboa?”**.
- O texto permite deste modo (i) colmatar uma lacuna historiográfica, (ii) contribuir para manter vivo o interesse na vetusta escola pombalina e (iii) prestar homenagem aos primeiros contabilistas portugueses formados por via institucional.
- Com base em registos primários sobreviventes em arquivos públicos portugueses, o artigo tratou, assim, informações inéditas e relevantes para o conhecimento do processo de difusão da contabilidade por partidas dobradas no terceiro quartel de Setecentos em Portugal. Ao fazer isto, permitiu conhecer o nome de alguns quadros de grande valor que lideraram a contabilidade em Portugal.

8. Conclusão

- O artigo deve entender-se como um singelo contributo para a história da profissão de contabilista em Portugal e, em simultâneo, como um confessado repto para que mais investigação surja no sentido de se conhecer melhor o processo de como as partidas dobradas se institucionalizaram em Portugal a partir da segunda metade do século de ouro da contabilidade em Portugal, o *entusiasmante* século XVIII. É importante reconstruir, tão completo quanto possível, o *puzzle* do passado da contabilidade em Portugal, com particular realce para as épocas moderna e contemporânea, pela maior facilidade de localização de registos sobreviventes de arquivos.

- Foram levantados no texto vários tópicos para futuras investigações, em particular a procura de dados dos aulistas do 1.º curso que ainda permanecem na obscuridade. Uma importante avenida de investigação a percorrer poderia ser a réplica deste trabalho para os destinos profissionais dos aulistas do 2.º curso (1763-1767), por exemplo, ou a actualização de uma obra fundacional em história da contabilidade portuguesa que muito carecida se apresenta de novos verbetes, o *Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio*, do professor Francisco Gingeira Santana (*vide* Santana, 1974; cf. também, Santana, 1987a,b, 1988), o grande historiador da Aula do Comércio de Lisboa.

Muito obrigado pela atenção

mgoncalves@iscac.pt

Artigo publicado em Dezembro de 2016 na revista
De Computis